

Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária

Body and emotion in the production of scientific knowledge: a sociopoetic experience with workers of the solidarity economy

Adriane Vieira Ferrarini *

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
adrianeferrarini@gmail.com

Resumen

Debates epistemológicos contemporâneos têm demonstrado a necessidade de ampliação das fronteiras da ciência no sentido de incorporação da pluralidade de saberes e do protagonismo de grupos populares. A pesquisa sociopoética, apesar de não utilizada em larga escala na pesquisa social, apresenta-se com uma possibilidade metodológica a ser experimentada e avaliada. O artigo apresenta e analisa uma experiência sociopoética com trabalhadores(as) da economia solidária (ES) sobre o tema da formação e assessoria. Os resultados demonstraram a possibilidade de desconstrução de análises maniqueístas a respeito das disputas no campo da formação e assessoria, bem como a importância do protagonismo dos trabalhadores na definição dos processos formativos. Em termos metodológicos, a sociopoética mostrou ser um método inovador para a produção científica descolonizadora devido ao seu caráter autogestionário e por validar fontes não conscientes de conhecimento (corpo, emoção e subjetividade), ativadas através de técnicas de relaxamento e artísticas. O ato de pesquisar passou a ser, simultaneamente, um processo envolvente e prazeroso de produção de conhecimento, autoconhecimento, convivência e fortalecimento individual e coletivo. Para o pesquisador, significou também um desafio desconstrutivo de saída do tradicional lugar de poder e de saber, fazendo da pesquisa um ato político emancipatório.

Palabras clave: Pesquisa sociopoética; Corpo; ES; Formação; Produção científica descolonizadora.

Abstract

Contemporary epistemological debates have shown the need to expand the boundaries of science towards the incorporation of plurality of knowledge and the role of popular groups. Therefore, sociopoetics is presented as a methodological possibility to be tried and evaluated, although it is not used on a large scale in social research. The article aims to analyze a sociopoetic experience with workers of the solidarity economy on the subject of training and advice. The results showed the possibility of the deconstruction of manichean analyzes about the disputes in the field of training and advice, as well as the importance of the role of workers in the definition of training processes. In methodological terms, sociopoetics seemed to be an innovative method for decolonizing scientific production due to its self-managed character and the validation of unconscious sources of knowledge (body, emotion and subjectivity), activated through relaxation and artistic techniques. The act of researching has become an engaging and enjoyable process of knowledge production, self-knowledge, coexistence and individual and collective empowerment. For the researcher, it also means a deconstructive challenge of leaving the traditional place of power and knowledge, turning research into an emancipatory political act.

Keywords: Sociopoetic research; Body; Solidarity economy; Training; Decolonizing scientific production.

* Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - Brasil (Rio Grande do Sul).

Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária

Introdução

Muitas vezes, a pele, os nervos, os músculos, as pernas, o útero, a gíngiva... sabem o que o cérebro esquerdo ainda não sabe simbolizar
(Varela, Thompson e Rosch)

Os últimos séculos foram marcados por espetaculares avanços científicos e tecnológicos, os quais se globalizaram e influenciaram os modos de produzir e de viver, configurando a chamada sociedade do conhecimento. O conhecimento encontra-se profundamente articulado ao advento da modernidade, sendo produzido e produtor de uma série de estruturas e significados fundantes da sociedade ou, porque não dizer, da ocidentalização do mundo contemporâneo. A ciência moderna passou a ter a exclusividade na produção de conhecimentos - e até mesmo de valores - sob o imperativo de uma racionalidade cognitivo-instrumental, com seus procedimentos analíticos e critérios de objetividade. Com isso, saberes populares ou nativos foram invalidados e houve a elitização de agentes e métodos reconhecidos como legítimos para a produção de conhecimento.

Debates epistemológicos contemporâneos veem crescentemente demonstrando que o paradigma baseado na certeza racionalista e cartesiana está em crise e sujeito a questionamentos de toda a ordem. Perspectivas pós-modernas e pós-colonialistas têm se mostrado férteis para a ampliação das fronteiras da ciência, em busca de fundamentos e procedimentos de produção de conhecimento (Santos, 2000, 2003; Lander, 2005). Para tanto, metodologias qualitativas e participativas de pesquisa têm sido úteis por reconhecerem e amplificarem a voz dos sujeitos e das comunidades. Contudo, elas foram concebidas na perspectiva do racionalismo moderno e apresentam

limitações frente aos desafios da produção de conhecimento com pretensões descolonizadoras.

A pesquisa sociopoética, método criado pelo filósofo francês Jacques Gauthier na década de 1990, apesar de utilizada em pequena escala na pesquisa social, apresenta-se como uma possibilidade de inovação no campo metodológico devido a dois importantes diferenciais. O primeiro refere-se ao uso do corpo e da emoção como fonte de conhecimento, superando o exclusivismo epistemológico da racionalidade instrumental-cognitiva em prol da sua integração com a estético-expressivo e a moral-prática. Para tanto, a sociopoética se utiliza de técnicas corporais e artísticas para a produção de dados. O segundo diferencial diz respeito à democratização do processo de produção do conhecimento científico, já instaurada pela pesquisa-ação e pesquisa participante, mas radicalizada no método sociopoético ao propor a autogestão em todas as etapas da pesquisa, desde a construção do objeto.

Neste artigo, será relatada e analisada uma experiência de pesquisa sociopoética desenvolvida com um grupo de trabalhadores de economia solidária (ES) no estado do Rio Grande do Sul (RS) – Brasil, os quais eram partícipes de um processo de formação democrática (pautada por princípios da educação popular) e já familiarizados com o trabalho corporal e com a autogestão. A pesquisa buscou conciliar forma e conteúdo em torno dos pilares de pluralidade e de democracia – comuns, tanto à ES quanto à sociopoética.

Economia solidária: autogestão na produção da vida

A ES e seus processos formativos não podem ser compreendidos fora do contexto sócio-histórico em que emergem e se desenvolvem, contexto este caracterizado no Brasil pela resistência ao modelo econômico e político concentrador de riqueza e pela proposição de formas alternativas de produção da vida material e social.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcantes com relação ao aumento do desemprego e precarização das condições de vida e de trabalho de grande contingente da população brasileira, mas também por lutas pela redemocratização do país. Setores populares começaram a se organizar em torno de experiências coletivas de geração de trabalho e renda como forma de subsistência. Porém, os demais atores envolvidos nas lutas emancipatórias logo perceberam que havia algo maior e mais complexo, pois não era suficiente um contexto de carência material para a emergência de empreendimentos econômicos solidários; eles surgiam onde havia uma cultura associativa, padrões de mutualidade e partilha de um projeto político de sociedade solidária e sustentável. A ES foi sendo reconhecida, portanto, como proposta contra-hegemônica à canônica racionalidade econômica mercantil em seus fundamentos éticos e epistemológicos e em seu *modus operandi* pautado na autogestão e na busca por autonomia dos trabalhadores.

A autonomia vislumbrada através da ES - valor que se relaciona fortemente ao da emancipação - pode ser compreendida em múltiplas dimensões presentes na vida dos trabalhadores e na sociedade em geral, tais como: (1) econômica: pela possibilidade de o trabalhador prover sua própria renda e deter a propriedade coletiva do meio de produção; (2) sociopolítica: através da autogestão no interior dos empreendimentos e da articulação política em fóruns, movimentos e redes e (3) humana: devido aos vínculos sociais e afetivos que se criam entre os trabalhadores e que reconstróem redes de proteção primária capazes de reduzir situações de vulnerabilidade e mesmo de risco social, propiciando o acesso a serviços e direitos, resgatando a autoestima e melhorando a qualidade de vida. Como exemplo, é comum mulheres mencionarem a superação da violência doméstica e associados em geral empenharem-se na elevação de sua escolaridade e na busca de tratamentos de saúde a partir do apoio do coletivo do empreendimento, muitas vezes referido como “uma família”. Trata-se de evidências - dentre tantas outras retratadas numa infinidade de produções teóricas do campo - de um modo de produção pautado numa racionalidade econômica substantiva, em que economia, vida e natureza se fundem - visto a sustentabilidade ser também um valor e prática inerentes à ES.

A ES não é um fenômeno novo e, na América Latina, tem raízes também nos modos de vida de comunidade autóctones, reaparecendo

em vários países da sob a forma de um variado conjunto de práticas socioeconômicas, tais como: empreendimentos associativos, cadeias produtivas, comércio justo, comercialização e consumo coletivos, crédito solidário, clubes de trocas com moeda local e etc. O termo foi cunhado na década de 1990 e trata-se de um conceito amplamente utilizado em vários continentes com acepções variadas que giram em torno da ideia de solidariedade (Laville e Gaiger in Cattani, Gaiger, Hespanha e Laville, 2009).

Conforme referido, o campo da ES no Brasil, desde sua origem, foi composto por uma miríade de atores sociais interdependentes: trabalhadores, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais, lideranças comunitárias, gestores públicos, universidades, simpatizantes e consumidores. Ainda que em meio a disputas de interesses e poder - inerentes a todo agir humano - a vinculação orgânica entre os diversos atores sociais na ES se expressa pela própria arquitetura de seu quadro político-institucional. Estruturas deliberativas, como os conselhos e o Fórum Brasileiro de ES, são paritárias e contam com a forte atuação dos trabalhadores nos processos decisórios.

Figura 1. Economia solidária no Brasil



Fonte: <http://www.fb.es.org.br/>

A viabilização de empreendimentos de ES e a configuração do que se costuma designar como “uma outra economia” vêm sendo alavancadas de forma mais significativa através destes arranjos institucionais e das políticas públicas municipais e estaduais - notadamente através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Cabe destacar que os recursos públicos e estímulos ainda são ínfimos se comparados com aqueles dirigidos a setores de mercado (*agrobusiness*, grandes empreiteiras, etc). Ainda assim, o orçamento da ES teve grande incremento nos últimos anos, incluindo financiamento e ações de apoio à agricultura familiar, o que oportunizou avanços significativos, maior visibilidade - ainda que insuficiente, em parte devido ao fato de ser fenômeno ainda recente - e legitimidade.

Provenientes em geral de classes populares, os trabalhadores da ES caracterizam-se por possuir baixa escolaridade e serem desprovidos de recursos para investir e inovar, o que os define como “empreendedores por necessidade”, diferentemente da concepção *schumpeteriana* naturalizada do “empreendedor por oportunidade”. Tais trabalhadores necessitam exercitar competências que se relacionam à propriedade coletiva, à autogestão e aos desafios de empreender e produzir de forma solidária e ainda sustentável, com padrões de qualidade e custo capazes de concorrer no mercado capitalista. Contudo, as políticas tradicionais de apoio aos trabalhadores são usualmente voltadas a assalariados ou empreendedores individuais, não se adequando às necessidades dos empreendimentos associativos e solidários.

Daí porque as ações educativas constituem-se num componente prioritário e surgem em conjunto com as iniciativas econômicas, sendo fomentadas pelas necessidades dos trabalhadores e, simultaneamente, estimulando a criação de novos empreendimentos através do trabalho de entidades de apoio e formação (EAF). Os agentes formadores em geral constituem-se de militantes de partidos políticos e movimentos sociais, gestores públicos e intelectuais ligados a universidades, estes últimos através, tanto da produção e disseminação do conhecimento sobre o campo quanto da criação de incubadoras para assessoria técnica.

A formação e assessoria entraram na agenda política brasileira através da Plataforma da ES, cuja elaboração foi iniciada na 1ª Plenária Nacional de ES realizada em dezembro de 2000, período em que entidades de apoio e o movimento social passaram a demandar uma política pública de formação. Em 2009 a SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), implementou os Centros de Formação em ES (CFES) destinados à formação de formadores, educadores e gestores públicos que atuam com ES (Ferrarini, 2012). Esta política foi desenvolvida nas

cinco regiões do Brasil através de convênio firmado com organizações locais habilitadas. Na região Sul, sua implementação ficou sob a coordenação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

A formação em ES é definida como construção social inerente aos processos de trabalho autogestionários e elemento fundamental para a viabilização das iniciativas econômicas e para a ampliação da cidadania ativa e do processo democrático. A formação é baseada no reconhecimento da centralidade do trabalho para a construção do conhecimento técnico e social; ela orienta ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias (Brasil, 2007). A principal ação do CFES é a formação de formadores e multiplicadores em ES através de atividades educativas sequenciais e modulares, presenciais e à distância, para trabalhadores, agentes e educadores que atuam em programas, projetos e ações de apoio à ES.

O protagonismo da Unisinos na implementação do CFES oportunizou a pesquisa sobre sujeitos, saberes e práticas de formação em ES no RS, desenvolvida no âmbito do Programa Pós-graduação em Ciências Sociais. A primeira fase da pesquisa foi realizada através de observação participante das atividades de formação e de gestão do CFES Sul, bem como de entrevistas semiestruturadas com formadores e trabalhadores partícipes do Programa. O caráter participativo foi a característica que mais chamou atenção na política pública. Desde o início, as organizações e forças vivas do movimento de ES da região foram chamadas para cogerirem as ações através de seus representantes, tendo inclusive sido responsáveis pela indicação do público.

A formação em ES é concebida sob os princípios da educação popular, a qual reconhece o saber prático dos trabalhadores e lhes oportuniza o exercício de serem formadores e produtores de inovações a serem assimiladas no processo formativo. “A educação, que é essencial para o avanço da ES, só pode ser aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas” (Gadotti, 2009: 15). A metodologia adotada no CFES também fez jus a essa busca de coerência entre teoria e prática:

“Abolimos o Power Point. Não é método para a formação em ES. Trouxemos sempre algo experimental: objeto, música, algo concreto, desenhos[...]fazer visitas para conhecer outras

experiências bem-sucedidas. Os formadores não falavam nada, e sim os sujeitos das outras experiências” (entrevistado 1).

Outra metodologia utilizada foi a autogestão da pedagogia, já prevista e estimulada pela instância nacional do CFES, a qual consiste na subdivisão do grupo de participantes para cogerir as ações do evento. As concepções e procedimentos autogestionários e democráticos da ES e da educação popular, aliados ao ambiente lúdico e afetivo já instaurado nos cursos do CFES no RS, mostraram-se compatíveis com o desejo da pesquisadora de realização de uma pesquisa sociopoética.

Portanto, as seguintes razões justificaram o uso do método sociopoético: (1) dar seguimento à vivência de protagonismo dos trabalhadores na formação, possibilitando-lhes também a experiência de serem pesquisadores (não como algo restrito às universidades, mas buscando-se outras formas de fazer ciência); (2) permitir uma continuidade e aprofundamento do uso de técnicas corporais e artísticas; (3) oportunizar a experimentação de novas possibilidades de articulação entre teoria e prática através de uma inovação metodológica; (4) explorar os possíveis sentidos da autogestão como princípio comum entre ES, educação popular e sociopoética.

A respeito do último item, os princípios da autogestão se expressam na ES através da participação dos integrantes nas decisões, independentemente da função que executam, tendo como base fundamental o respeito à diversidade. Na educação popular, por sua vez, a autogestão aparece fundamentalmente através da construção contextual e coletiva do conhecimento, partindo da ruptura com a hierarquização entre os indivíduos e seus saberes no processo. Em ambas, assim como na sociopoética, o conhecimento não é acabado ou estático, mas dinâmico, dialético e produzido pelos próprios sujeitos.

Sociopoética: autogestão na produção do conhecimento

A ciência moderna ancora-se na concepção de que determinados conhecimentos se impõem sobre outros. Saberes baseados na experiência e na tradição popular são tidos como vulgares, primitivos e selvagens, apenas transformados em saber científico quando coletados e interpretados por pesquisadores acadêmicos, muitas vezes ocorrendo uma desapropriação ou apartamento dos sujeitos

com relação aos seus saberes (Santos, 2002 e 2003; Lander, 2005).

Na atualidade, porém, educadores e pesquisadores buscam caminhos que favoreçam a construção coletiva do conhecimento numa direção emancipadora. A sociopoética é um desses caminhos. Ela surgiu, em primeiro lugar, como crítica à adoção de um modelo rígido que coloca a ciência como verdade absoluta, definitiva e acabada, historicamente utilizada como arma do imperialismo.

A sociopoética foi criada pelo filósofo e pedagogo Jacques Gauthier, a partir de suas experiências vividas particularmente junto ao movimento sindical dos Kanak, povo indígena da Kanaky ou Nova-Caledônia, no Pacífico, nas suas lutas contra o colonialismo francês. O método cria-se e é recriado por seus participantes em suas múltiplas experiências, não devendo ser compreendido como metodologia, a qual encontra-se bem delimitada na ciência através de passos. Embora a sociopoética tenha suas etapas definidas, trata-se de uma maneira singular de construção coletiva do conhecimento, na qual os dados são produzidos - jamais coletados - e que tem como pressupostos básicos que todos os saberes são iguais em direito e que é possível fazer da pesquisa um acontecimento poético (do grego *poiesis* = criação) (Gauthier, 2010).

Pode-se destacar três elementos diferenciais da pesquisa sociopoética. Em primeiro lugar, o pesquisador acadêmico é apenas um facilitador, cujo “papel não é falar ao povo sobre sua visão do mundo, ou tentar impô-la” (Freire, 1987: 87), mas adotar uma postura de respeito mútuo e de troca entre saberes intelectuais e populares, permitindo às pessoas se tornarem pesquisadores de si mesmos. Da pedagogia do oprimido de Paulo Freire foi herdada a mola impulsora de toda a criação de dados, que é o grupo-pesquisador - primeiro princípio básico da sociopoética - no qual todos são “participantes da pesquisa, tanto os intelectuais legitimados pela academia, como as pessoas do povo, cidadãos no pesquisar, copesquisadores, membros iguais em direitos e deveres do grupo-pesquisador” (Gauthier, 1999: 12).

Portanto, compreende-se que a sociopoética radicaliza o caráter participativo das metodologias usuais, na medida em que os copesquisadores participam de todas as etapas, inclusive da construção do objeto de pesquisa e da definição do seu produto. Esse último pode ser, por exemplo, uma

peça de teatro ou uma obra de arte. O pesquisador acadêmico em geral privilegia produções legitimadas no seu meio, como artigos e relatórios, o que é igualmente legítimo, desde que passe por processos de negociação democrática (Gauthier, 2010; Gauthier & Santos, 1996).

O segundo diferencial, consequência do anterior, parece demonstrar de forma mais clara o uso de termo “releitura” por Gauthier. Diferentemente das abordagens participativas tradicionais, a sociopoética não apresenta intencionalidade conscientizadora. “O único poder que nós reconhecemos é o de abrir um devir, graças ao dispositivo da pesquisa. Depois, quer o grupo como unidade heterogênea, quer cada pessoa, fará deste devir o que quiser. Isso é sua liberdade. Poderá até nos odiar. De qualquer forma, recusamos toda vontade de cuidar, libertar outras coisas além de fluxos, linhas de fuga” (Gauthier e Santos, 1996: 16).

Embora valorize as pesquisas com os grupos e classes sociais considerados dominados, a sociopoética não pré-determina seu público-alvo em termos socioeconômicos, não busca a resolução de problemas e não procura realizar um diagnóstico da realidade da população (Petit, 2002). Além disso, ela não está centrada “na análise daquelas contradições que mostram com maior clareza os determinantes estruturais da realidade vivida e enfrentada como objeto de estudo” (Gajardo, 1984: 16). Os dados não são hierarquizados em função de sua dimensão reveladora das referidas contradições.

Além da releitura de Freire, a sociopoética é acompanhada de outras inspirações, tais como: análise institucional de René Lourau, Georges Lapassade e Gregório Barembliitt, filosofia da diferença de Gilles Deleuze, esquizoanálise de Felix Guattari e Sueli Rolnik, teatro do oprimido de Augusto Boal e escuta mitopoética de René Barbier (Gauthier, Fleuri e Grandó, 2001). Tais inspirações fundamentam e favorecem a produção do que aqui se está qualificando como conhecimento descolonizado e descolonizador, considerando que o ser humano utiliza diferentes faculdades para conhecer a realidade. Só se é humano pela existência de um corpo, de uma imaginação, de uma razão, de uma afetividade em permanente interação (Barbier, 1997).

O terceiro diferencial da sociopoética é considerar o corpo como dotado desses múltiplos saberes.

O reconhecimento do corpo vem de enfermeirosquemexemcomoscorposdoentes

e aprendem, na sua prática, a conhecer com o corpo inteiro; de pesquisadores em educação popular que encontram corpos dançando, cantando, rodando, festejando apesar de marcados pelo açoite físico ou moral. De vários componentes populares da sociedade brasileira, principalmente de origem africana e indígena (Varela, Thompson e Rosch, 1993 apud Gauthier, 2004: 136).

A forma mais relevante de conhecer - origem de outras formas mais descontextualizadas - é através da prática, resolvendo problemas vitais que mobilizam o corpo inteiro, com todas as suas faculdades de adaptação e criação (Varela, Thompson e Rosch, 1993). “A audição, o tato, o gosto, a visão e o paladar são desenvolvidos na escuta sensível” (Barbier, 1997: 61).

A sociopoética provoca o saber que está na pele, na dor da opressão, nas emoções, na memória do corpo, e não apenas na razão. A inclusão dessas fontes de saber na produção de dados não poderia se dar unicamente através da via racional e da expressão oral por terem sido recalcadas nos corpos devido a opressões diversas. Os pesquisadores imbuídos desse método pretendem pensar, conhecer, pesquisar e aprender com o corpo inteiro. Para tanto, são utilizadas formas artísticas de produção dos dados, que colocam em jogo capacidades criadoras e revelam fontes não conscientes de conhecimento, fontes que muitos sujeitos ignoravam possuir antes do decorrer da pesquisa.

Autogestão na produção da vida e do conhecimento – um encontro entre ES e sociopoética

Conforme referido anteriormente, o cenário em que se realizou a experiência de pesquisa sociopoética foi um programa de formação de formadores, no qual os trabalhadores passaram a ser reconhecidos como formadores, pautado nos princípios da educação popular que rege a ES. Partindo do princípio autogestionário e vivencial da sociopoética, foi lançado o convite para a realização da pesquisa com um grupo partícipe do CFES-Sul. Para tanto, foram seguidos todos os **passos do método**, registro importante, pois isso requer compromisso para avançar num processo que envolve vários encontros (cerca de 6 a 8) e despojamento para se submeter às técnicas, permitir-se expressar lembranças e emoções, bem como compartilhar com o grupo, acolhendo e sendo acolhido.

O primeiro passo foi a *entrada no campo*. Teve-se o privilégio de iniciar com uma capacitação feita pelo próprio “mestre” Gauthier, que conseguiu construir entre o grupo um elo forte de partilha de experiências e saberes. Jamais se saberá como teria sido a pesquisa sem a sua participação no começo. Gauthier preparou e sensibilizou o grupo, mas ainda não havia uma decisão coletiva de se fazer a pesquisa.

A pesquisa teve início com a construção do tema, o qual não deveria ser induzido ou deliberado *a priori* pela pesquisadora-facilitadora. Para tanto, foi feita uma retomada dos momentos e processos anteriores, de modo que isso pudesse subsidiar as reflexões. Ao focalizar o debate em torno da formação, membros do grupo trouxeram que “o apoiador não vem para resolver o problema específico do empreendimento, mas quer focar no todo (...) nós queremos ali... no nosso calcanhar de Aquiles” (copesquisador 6). Emergiu uma questão que está bastante presente na realidade evidenciada por pesquisas anteriores, que é a diferença entre as referências e expectativas dos trabalhadores e aquelas dos agentes das entidades de apoio e formação (EAF). “Têm 300 apoiadores dando diagnóstico, mas ninguém dá o diagnóstico para aquilo que ele [o trabalhador] quer” (copesquisador 4). Dessas reflexões surgiu a pergunta norteadora da pesquisa: “*O que os empreendimentos realmente querem dos apoiadores?*”

A segunda etapa foi a *produção dos dados*, para a qual foram utilizados dois encontros. Cada encontro iniciou com um relaxamento coordenado pela pesquisadora-facilitadora a fim de permitir bem-estar, maior concentração na atividade (já que todas as pessoas vinham de jornadas de trabalho intensas) e a exteriorização de conteúdos inconscientes. Os copesquisadores referiam chegar muito cansados, “com um milhão de coisas na cabeça”, e após esse exercício sentiam-se renovados, tranquilos e preparados para entrar na atividade. Os relaxamentos foram realizados em todos os encontros, mesmo nas etapas posteriores à produção de dados.

Inicialmente foi entregue um caderno decorado para ser usado por cada um como diário de itinerância, no qual se poderia escrever qualquer coisa que viesse à cabeça. Itinerância vem de errar, andar sem saber aonde ir. Da mesma forma, pode-se escrever, mesmo sem saber onde isso vai dar (Souza, 2008). Os diários foram posteriormente utilizados na análise dos dados.

O primeiro encontro foi preparatório às técnicas, mas também agregou dados relevantes para a pesquisa. De acordo com o teatro-imagem de Boal (1988), foram realizadas estátuas em duplas a partir de imagens livres com os corpos de um colega, tendo predominado símbolos ligados à espiritualidade - especialmente de religiões afro - e proteção à natureza. No segundo encontro, as esculturas seriam coletivas e se refeririam a situações de opressão com relação ao tema. Para isso, conforme orientação do método, após o relaxamento fez-se um exercício corporal de acordo com o objetivo do dia, neste caso, mobilizar nos copesquisadores o contato com sentimentos de agressividade para que entrassem em contato com as opressões.

Posteriormente, com ajuda de uma técnica de interiorização, os copesquisadores imaginaram ou recordaram a situação de opressão, a qual foi representada através de uma imagem, moldando os corpos dos colegas. Após a escultura, cada um dizia o que a imagem construída representava para si e os sentimentos que era mobilizado neles ao ocuparem os distintos lugares, não existindo interpretações corretas ou erradas. O trabalho era finalizado com a explicação do próprio autor da obra. Houve um caso de dificuldade em representar, mas ao final todos conseguiram.

Os copesquisadores encarnavam, por vezes o papel do opressor, por vezes do oprimido, o que remeteu a uma vivência de sensações e sentimentos, tais como: opressão, humilhação, aprisionamento, desqualificação, rechaço, vergonha, autoritarismo e subjugação, mas também de orgulho, coragem e união. As técnicas artísticas e corporais permitiram o contato mais profundo com o saber do que o mero relato oral e formal. Ao longo dos encontros de produção de dados houve momentos de alegria e de dor, em que os copesquisadores se apoiaram mutuamente, mas com uma responsabilidade específica da pesquisadora-facilitadora para a percepção e atuação em momentos mais delicados. O papel do facilitador é fundamental, até mesmo na produção autogestionária de conhecimento, ainda que com papel redefinido.

Neste artigo, a necessidade de um relato sucinto demanda que os dados sejam apresentados já agrupados por categorias. Na sociopoética não se busca uma síntese reconciliadora; o resultado final procura manter a diferença tensa das vozes. Para isso, a pesquisadora-facilitadora e alunos bolsistas se reuniram, analisaram cada imagem, transcreveram as

falas e, na etapa seguinte, organizaram as conclusões hipotéticas (assim chamadas porque não definitivas e passíveis de alterações por parte do grupo-pesquisador) e propuseram três grandes categorias de análise: opressões externas ou verticais, opressões internas ou horizontais e emancipação.

As *opressões externas ou verticais* foram consideradas aquelas realizadas por sujeitos ou grupos que não são trabalhadores da ES, ainda que pudessem pertencer ao movimento de ES. A diferença é que esses sujeitos apresentam uma relação vertical ou são considerados pelos trabalhadores como pertencentes a um nível hierárquico superior, de acordo com a monocultura dos saberes e classificação social (Santos, 2006) por portarem reconhecimento acadêmico, cargo político ou líder religioso.

Figura 1



Figura 2



Figura 3



Todas as imagens simbolizaram situações vividas. A primeira se referiu ao cancelamento de uma feira por causa do mau tempo.

“O gestor descontou em nós toda a sua energia negativa... Acabávamos de voltar de um encontro do CFES e tínhamos debatido

muito sobre autogestão. Quando voltamos, o gestor nos disse: ‘Vocês não decidem nada’. Então tive que voltar atrás, baixar a cabeça e pedir desculpas... mesmo que eu estava certa” (copesquisador 6).

A segunda se referiu a

“uma psicóloga, que deveria estar ajudando mas, ao contrário, só colocava pra baixo. Tínhamos um grupo de mulheres, inclusive uma delas era prostituta. A psicóloga foi para acompanhar e depois comentou na frente das pessoas que aquele grupo estava estragado. É ruim escutar isso de qualquer pessoa, pior se vindo de uma pessoa com estudo” (copesquisador4).

A terceira escultura representou um líder religioso que desqualificou a pessoa em frente ao povo, a subjugou, mas o povo a acolheu, e isso foi o mais importante para ela. Parece ser uma retribuição à opressão vivida, o que dá sentido e compensa a luta. “Eu sofri, mas valeu à pena, o bem mais precioso é a quem dedico meu esforço, e isso foi preservado. É de fato se satisfazer e encontrar sentido e gratificação através de sua prática com aqueles que realmente desejam, querem ou precisam: o povo oprimido, excluído” (copesquisador 3), que é uma identidade, gênese e vocação política da ES no ideal de ser mais do que uma forma econômica de produção, mas um projeto de emancipação social.

Os sentimentos verbalizados pelo grupo com relação às imagens foram: luta e união, medo, comparação e hierarquização, impedida de falar e de agir, sentir-se amarrada, presa, sem movimentos; no corredor de um campo de concentração em direção à câmara de gás; louca para responder, mas não poder fazer nada porque é uma autoridade; pessoa detentora das regras, prega-as, mas não as vive; omissão, como vaquinhas de presépio; dor profunda; um choro calado no peito por muitos anos; desilusão por ter se dedicado a uma instituição através de sua militância e ter sido destrutada e humilhada; excomunhão; não questionar.

As conclusões hipotéticas evidenciaram a reprodução de identidades e de condutas autoritárias por parte de lideranças instituídas, mesmo em

campos de luta emancipatória, como a ES. Os gestores e entidades decidem sobre o uso de recursos, muitas vezes sem consultar os trabalhadores, apesar de todo o apelo pelo protagonismo popular inerente à ES. Destaca-se que essa questão é envolvida por um conjunto de determinantes que contextualizariam também avanços na medida em que recursos para ES passaram a ser instituídos por editais no Brasil, colocando novos desafios de gestão. Contudo, tal contextualização, ancorada também na fala de gestores e apoiadores, ultrapassaria o limite temático desse artigo.

Por outro lado, os trabalhadores também se questionaram sobre o que consideraram como sendo sua omissão, compreendendo que ela muitas vezes se dá por medo. “Tem muitos empreendimentos que as pessoas não sabem, de início, eles não têm consciência que são submissos, manipulados” (copesquisador 6). Ou, ainda, por falta de recursos diversos para se impor: “Como é que a gente vai dizer que não?” E uma das trabalhadoras com maior experiência política pondera: “Como assim? Vocês têm opinião, vocês têm que expressar. Muitas vezes, eu acho que não é que eles [os gestores] estão querendo mandar, é uma opinião da pessoa, só que daí os trabalhadores se sentem diminuídos” (copesquisador4).

Contudo, em outras situações a omissão é consciente, pois não seria interessante “bater de frente”. Existem parcerias e redes que precisam ser preservadas, porque as entidades elaboram projetos e contribuem em muitos aspectos. Mesmo consciente, a omissão gera sofrimento: “A gente não é super-herói (...) a gente tem que manter uma posição de forte perante um grupo, mas não somos super-heróis. A gente precisa chorar, a gente também precisa abrir o nosso coração” (copesquisador 3). O grupo-pesquisador atribuiu essas opressões e omissões à reprodução de padrões instituídos (capitalistas, competitivos e politicamente conservadores) e ao que referiram como um modismo em torno da ES, o qual se materializa pela existência de recursos e isso atrai interesses diversos.

As *opressões internas* ou horizontais dão-se entre os próprios trabalhadores da ES, de um sobre o outro.

Figura 4



Figura 5



As imagens 4 e 5 se referem, respectivamente, a fatos que aconteceram em feiras de comercialização: “Na primeira feira que eu participei me mandaram ficar lá num cantinho, minhas coisas ficaram escondidas num canto só porque eu estava chegando. Fui tão mal tratado que saí daquele grupo... Quem está chegando agora não tem direitos” (copesquisador 1) “Nossa direção da feira na praça diz: ‘Cala a boca! Só obedece e não fala nada’... Eu não suporto mais aquela praça... Pois se tu não vai, eles te cobram, e se vai, te esnobam... Tive que ficar no meio das britas, foi o lugar que me designaram. Eu vendia bem, mas ficava lá escondida... Eu vivo disso...” (copesquisador5).

Os *sentimentos* relatados foram: “Fica quieta, cala a boca”; “olhar repreendedor, não está gostando do que está apontando”; “faz isso que eu quero!”; “me senti horrível, má, autoritária...”; “não percebo sentimento”; “imagino a pessoa que está oculta, atrás desta mesa para a qual está apontando”; “está diante dos problemas e não quer nem saber: não fala, não ouve, não vê”; “pessoa que não quer se envolver”; “tu não sabes nada”; “não querer ouvir nem pensar”; “legítimo símbolo da opressão... ditadura...”.

A análise das duas imagens acima diz respeito ao autoritarismo e envolve mais de um sentido; “ele atravessa todo o corpo, bloqueia tudo, atordoa, imobiliza” (copesquisador 3). Outras reflexões feitas pelo grupo: “E a pessoa que estava em frente ao opressor? Seria a submissão o outro lado da opressão? Por que baixou a cabeça e se retirou? Não havia ele sido convidado a se unir a um grupo solidário? Por

que não se permitiu indagar sobre isso? Seria mal visto? Falar coisas que muitas vezes o outro não quer saber, seria tratar mal? Haveria modos diferentes (construtivos) de comunicar?”

O grupo-pesquisador compreendeu que não basta pertencer à ES porque ela é mais do que uma prática econômica; ela exige uma mudança de paradigma vivida no dia-a-dia, nos pequenos atos. A solidariedade e a autonomia não são estimuladas na sociedade, muito pelo contrário, a competição e sistemas heterogestionários predominam. Por isso, os trabalhadores, verdadeiros protagonistas da prática econômica e também política, precisam se reinventar a partir de referências que não estão dadas na realidade.

Uma decorrência dessa descoberta foi de que essa reinvenção acontece no âmbito relacional, o que implica a necessidade de preparo ou aquisição de habilidades de comunicação. Afinal, comunicar é extremamente necessário no exercício da autogestão, tanto no âmbito do movimento quanto do empreendimento econômico solidário, os quais requerem relações democráticas e tomadas de decisões negociadas.

Em ambas as opressões, o grupo-pesquisador trouxe sentimentos de decepção e dor. Era como se tivessem uma ilusão de que a ES pudesse ser como um oásis, mas não era. Momentos de descrença também se alternaram - e se resignificaram ao longo das análises - com aqueles de compreensão acerca da historicidade dos processos políticos. Com frequência, o debate a respeito de como se posicionar frente às opressões emergiu com a dupla preocupação: por um lado, não se omitirem e colocarem a própria proposta em que todos acreditavam a perder, mas, por outro, também não reproduzirem a mera lógica excludente de ganhadores e perdedores. A pesquisa demonstrou que é preciso haver enfrentamentos, mas caso a ES venha a reproduzir a lógica competitiva e excludente, ela não se constituirá como uma alternativa contra-hegemônica. Os enfrentamentos precisam ser capazes de resguardar as individualidades, afirmar idiossincrasias e permitir a emergência de conteúdos e dinâmicas instituintes, com a assimilação de prováveis inovações advindas desse processo.

A terceira categoria de análise foi a emancipação, definida pelo grupo-pesquisador como aquela caracterizada pela manifestação em espaço público, externo à ES.

Figura 6



A imagem se referiu ao fato de que muitos que governam “usam a fala da própria ES - que trata sobre a sustentabilidade - mas se apropriam do protagonismo e do espaço público de quem realmente faz a ES [os trabalhadores]” (copesquisador 6). A emancipação refletiu a necessidade de os trabalhadores tomarem para si a tarefa histórica da transformação social que lhes cabe e de terem voz própria. É reconhecida a importância dos apoiadores – gestores públicos e formadores – e a interdependência ou necessidade de união dos atores envolvidos para a obtenção de conquistas para a ES, pois todos nadam contra a corrente na busca de recursos concretos e simbólicos que são disputados com as forças políticas e econômicas dominantes na sociedade capitalista, desde verbas públicas, incentivos governamentais, espaços de comercialização, produção com capacidade para competir no mercado, acesso à formação e assessoria especializadas às demandas da ES, etc.

Contudo, o grupo-pesquisador entendeu que precisa manter sua capacidade de formulação própria e não subsumir-se a espaços instituídos. É um difícil ato de andar sobre o fio na navalha: não romper parcerias e reproduzir condutas excludentes, mas também não aderir a regras e condutas instituídas que lhes beneficiam em parte, mas não atendem seus desejos e expectativas como empreendimento e movimento social.

A categoria emancipação, sob patamares complexos de “integrar superando” (Morin, 1977) em contextos colaborativos, foi a que melhor sintetizou um processo que simultaneamente é de superação de conflitos e de produção de novas realidades. A já referida necessidade de habilidades comunicacionais mostrou ser imprescindível, mas não tem sido suficientemente trabalhada nas formações.

As conclusões hipotéticas foram devolvidas para o grupo e geraram processos importantes de

reflexão e elaboração, num processo coletivo de análise dos dados.

“Isso de poder dialogar com o outro... Eu percebi muito isso na minha fala. Eu vi uma coisa, mas ao mesmo tempo em que eu comecei a escutar os outros dizendo outra coisa, eu disse: ‘não, de fato tem razão’. Então, já construí diferente a minha fala. E isso é também uma, eu acho que, não sei se a gente pode dizer, que isso é a verdadeira construção do conhecimento, que não é uma coisa pronta, a coisa se constrói no momento mesmo” (copesquisador 4).

Posteriormente, o método previa a etapa de construção de novos conceitos ou categorias, interpretação e contra-análise, as quais também contaram com a participação ativa do grupo-pesquisador, porém menos motivada do que ao longo dos processos vivenciais. Esse fato gerou dúvida na pesquisadora-facilitadora e bolsistas: se tratava de uma reprodução da hierarquia acadêmica? Houve apatia? Ou de fato as categorias expressaram adequadamente as descobertas e conclusões do grupo?

Por fim, a etapa da socialização previa que o grupo-pesquisador decidisse a melhor forma de difundir a investigação, porém o grupo acabou não se posicionando. O processo - que teve a emoção e a espontaneidade como componentes marcantes - foi o fundamental para o grupo-pesquisador. A pesquisa foi algo em si e para si. Os copesquisadores não estavam preocupados com o conhecimento voltado para o meio externo, mas no autoconhecimento, fortalecimento e empoderamento individual e coletivo que foram oportunizados pelo processo, ou seja, de saírem com respostas para si próprios, e isso pareceu ter sido alcançado. A experiência significou, antes de tudo, um processo de bem-estar, de prazer em conviver e em envolver-se numa prática diferenciada, a qual pareceu-lhes mais humanizada e acolhedora do que os espaços tradicionais de luta política, de formação e mesmo de pesquisa em que os trabalhadores estão usualmente inseridos.

Considerações finais

A modernidade trouxe consigo o exclusivismo epistemológico da ciência ocidental e a legitimação de atores específicos para a produção do conhecimento científico, a partir da primazia da racionalidade

cognitivo-instrumental. Na atualidade, estudos pós-modernos e pós-coloniais advogam a pluralidade de saberes e de modos de produzi-lo, porém as metodologias tradicionais de pesquisa, mesmo as mais participativas, apresentam limitações quanto à incorporação, de forma mais plena, da referida pluralidade. Na busca por métodos apropriados para a produção de conhecimento em perspectivas pós-coloniais, a sociopoética mostrou-se como uma possibilidade a ser experimentada e avaliada, pois propõe uma nova maneira de fazer ciência, expressando a radicalidade do seu projeto científico ao transgredir a divisão instituída entre corpo e mente, poesia e ciência, arte e razão (Gauthier, 1999).

A experimentação da pesquisa sociopoética partiu de uma dupla constatação. Por um lado, havia a consciência de que trata-se de um método com caráter alternativo e inovador, porém periférico - ainda não reconhecido ou legitimado pela comunidade científica mais ampla. Por outro lado, o estudo aprofundado de seus fundamentos e procedimentos evidenciaram consistência e coerência teórico-epistemológica e metodológica, não havendo impeditivos que pudessem *a priori* desqualificá-la como método de pesquisa científica.

A afinidade entre a sociopoética e a ES, motivadora da aplicação do método deve-se, em primeiro lugar, à autogestão - respectivamente na produção do conhecimento e da atividade econômica. Em segundo lugar, destaca-se a ruptura que ambas representam com a epistemologia moderna ocidental, que privilegia a racionalidade cognitivo-instrumental na ciência e na economia. O corpo e a afetividade são elementos muito próximos à realidade da ES, em geral composta por trabalhadores manuais e que constituem vínculos de proximidade e afeto entre si e para com o entorno comunitário. Em terceiro lugar, por tratarem-se de trabalhadores com baixa escolaridade e sem acesso às instituições universitárias, a sociopoética pode tornar-se uma estratégia de coprodução de conhecimento academicamente credível.

Quanto aos resultados analíticos, a pesquisa concluiu, de forma sucinta, que os conflitos entre os atores que compõem o campo da ES - e da formação em especial - existem e são reconhecidos. Apesar de a educação popular ser consenso no nível do discurso dos formadores, pois formar para a autogestão requer práticas democráticas, sua implementação apresenta desafios concretos (recursos insuficientes e editais que, apesar de expressarem uma conquista cidadã, delimitam prazos e conteúdos, engessando

a formação) e subjetivos (necessidade de ruptura com a hierarquização de saberes e de papéis em meio a contextos, procedimentos e instrumentos conservadores e existência de diferentes concepções de economia solidária que acionam estratégias metodológicas diversas de formação) (Ferrarini e Adams, 2015).

Porém, os trabalhadores também reconhecem a interdependência e necessidade de união dos atores envolvidos na disputa por um projeto econômico e político contra-hegemônico. Acima de tudo, evidenciou-se a necessidade de os trabalhadores tomarem para si a tarefa histórica da transformação social que lhes cabe no conjunto da dinâmica e dos atores sociais distintos, desafiando hierarquizações e reafirmando sua voz própria a fim de contribuir para a recriação permanente de dinâmicas emancipatórias.

Quanto aos resultados metodológicos, a sociopoética apresenta viés pós-colonialista por validar e explorar a pluralidade de saberes através do uso de técnicas corporais e artísticas, bem como por utilizar método autogestionário que radicaliza a participação dos copesquisadores em todas as etapas. Porém, o método demonstrou ser de complexa utilização, estando muito dependente de um conjunto de fatores de ordem: (1) relacional: vínculo anterior do pesquisador com membros do grupo e deles entre si; (2) técnica: requer habilidades e atitudes do pesquisador-facilitador para as quais a formação das ciências sociais em geral não se volta; (3) prática: demanda de 15 a 20 horas em média de dedicação dos copesquisadores, em encontros semanais de todo o grupo; (4) ético-política: necessidade de identificação com a vocação libertária do método, a qual se mostra também como campo motivacional para a experiência.

A expressão do corpo, das emoções e das intuições mobilizadas pelo estado de relaxamento foi a parte mais importante da produção de dados e que mais tocou os sujeitos envolvidos. Os trabalhos corporais se constituíram em momentos nos quais a pesquisa sociopoética promoveu a emergência de conteúdos ou saberes latentes, gerando um aprofundamento maior que as metodologias tradicionais. Diferentemente da expressão verbal, o processo lúdico gerou vivências dolorosas e prazerosas que mobilizaram fortemente as emoções, as quais, por sua vez, catalisaram relações de maior proximidade (necessárias tanto à pesquisa quanto à ES), pois a partilha da emoção requereu acolhida e

aprofundou os vínculos interpessoais. Além disso, a encarnação dos papéis de oprimido e opressor levou à produção de narrativas complexas e polifônicas, diferentemente de análises maniqueístas que poderiam conduzir a versões demonizadoras ou vitimizadoras.

Duas descobertas relevantes merecem ser destacadas: a possibilidade de o conhecimento ser construído (e não coletado) e a integração do processo de construção do conhecimento com a produção de intersubjetividades e fortalecimento de identidades, desencadeadas pelo processo lúdico e corporal. O ato de pesquisar passou a ser uma vivência multidimensional com implicações na vida e nas relações, um processo de autoconhecimento e de empoderamento individual e coletivo.

Para os pesquisadores, foi vivenciado o desafio desconstrutivo do seu lugar tradicional de poder e de saber. A sociopoética insiste na responsabilidade ética, política e espiritual do grupo-pesquisador. O conhecimento produzido não é propriedade dos pesquisadores “profissionais” e voltado somente para o mundo acadêmico, mas se integra com as necessidades e desejos dos grupos que acolhem as pesquisas, fazendo da mesma um ato político de produção de protagonismo popular.

Referências

- BARBIER R.(1997) *L'approche Transversale, L'écoute Sensible en Sciences Humaines*. Paris: Anthropos.
- BOAL, A. (1988) *O Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BRASIL (2007) *Termo de Referência para Implantação do Centro de Formação em ES (CFES)*. Brasília: SENAES/MTE.
- CATTANI, A.; GAIGER, L. I. G.; HESPANHA, P.; LAVILLE, J. L. (Orgs.) (2009) *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina.
- FERRARINI, A. V. (2012) “Política pública brasileira de formação de formadores de trabalhadores em ES: fundamentos, avanços e desafios”. *Revista Outra Economia*, Nº 5(9), pp. 185-194.
- FERRARINI, A. V.; ADAMS, T. (2015) “A educação popular na formação de trabalhadores da

- economia solidária: avanços políticos e desafios pedagógicos”. *Ciências Sociais Unisinos*, Nº 51(2), pp. 212-212.
- FREIRE, P. (1987) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (2009) *Economia Solidária como Práxis Pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.
- GAJARDO, M. (1984) “Pesquisa participante – propostas e projetos” en: Brandão, C. (org.) *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense.
- GAUTHIER, J. (1999) *Sociopoética - Encontro entre Arte, Ciência e Democracia na Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, Enfermagem e Educação*. Rio de Janeiro: AnnaNery/UFRJ.
- _____ (2004) “A questão da metáfora, da referência e do sentido em pesquisas qualitativas: o aporte da sociopoética.” *Revista Brasileira de Educação*, Nº 25, pp. 127-142.
- _____ (2010) *Sociopoética: O Livro do Iniciante e do Orientador*. Mimeografado.
- GAUTHIER, J.; FLEURI, R. e GRANDO, B. (orgs). (2001) *Uma Pesquisa Sociopoética: O Índio, o Negro e o Branco no Imaginário de Pesquisadores na Área de Educação*. Florianópolis: UFSC/NUP/CED.
- GAUTHIER, J. e SANTOS, I. (1996) *A Sócio-Poética: Fundamentos Teóricos, Técnicas Diferenciadas de Pesquisa, Vivência*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Extensão.
- LANDER, E. (org.). (2005) *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo nas Ciências Sociais - Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO.
- MORIN, E. (1977). *O método- 1. A Natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- PETIT, S. (2002) “Sociopoética: potencializando a dimensão poética da pesquisa” en: Matos, K. S. L. e Vasconcelos, J. G. *Registros de Pesquisas na Educação*. Fortaleza: LCR.
- SANTOS, B. S. (2000) *A Crítica da Razão Indolente – Contra o Desperdício da Experiência. Para Um Novo Senso Comum: A Ciência, o Direito e a Política na Transição Paradigmática* (Volume 1). São Paulo: Cortez.
- _____ (org.) (2003) *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: ‘Um Discurso sobre as Ciências’ Revisitado*. Lisboa: Afrontamento.
- _____ (2006) *A Gramática do Tempo: Para uma Nova Cultura Política*. São Paulo: Cortez.
- SOUZA, S. S. (2008) “Memória, Cotidianidade e Implicações: Construindo o Diário de Itinerância na Pesquisa”. *Revista de Sociopoética e Abordagens Afins (eletrônica)*. Volume 1, Nº1. Disponível em: <http://www.entrelugares.ufc.br/antigo/numero1/artigospdf/sandro.pdf> Acessado em: 10/01/2015.
- VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. (1993) *L’inscription Corporelle de L’esprit: Sciences Cognitives et Expérience Humaine*. Paris: Seuil.

Citado. VIEIRA FERRARINI, Adriane (2016) “Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária” en Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad - RELACES, Nº21. Año 8. Agosto 2016-Noviembre 2016. Córdoba. ISSN 18528759. pp. 64-76. Disponible en: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/371>.

Plazos. Recibido: 19/02/2015. Aceptado: 12/02/2016.